



Plano de Recuperação Fiscal

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(Período 2017-2020)

Adesão ao Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e Distrito Federal – RRF

Lei Complementar Federal nº 159/2017
Decreto Federal nº 9.109/2017
Decreto Federal 9.112/2017
Portaria Ministerial nº 381/2017

O que é o Regime de Recuperação Fiscal?

O Regime de Recuperação Fiscal envolve a ação planejada, coordenada e transparente de todos os Poderes, órgãos, entidades e fundos dos Estados e do Distrito Federal para corrigir os **desvios**

que afetaram o equilíbrio das contas públicas, por meio da implementação das medidas emergenciais e das reformas institucionais determinadas no **Plano de Recuperação** elaborado previamente pelo ente federativo que desejar aderir a esse Regime. (§ 2º do art. 1º da LC 159)

Diagnosticado conforme o enquadramento nos três requisitos de habilitação do art. 3º da LC 159

- I. receita corrente líquida anual menor que a dívida consolidada ao final do exercício financeiro anterior ao do pedido de adesão ✓
- II. despesas liquidadas com pessoal, com juros e amortizações, que somados representem, no mínimo, 70% da receita corrente líquida aferida no exercício financeiro anterior ao do pedido ✓
- III. valor total de obrigações contraídas maior que as disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa de recursos sem vinculação ✓

O equilíbrio fiscal fora definido no art. 17 do Decreto 9.109, de 2017, como **resultado nominal positivo**. Ademais, o estoque de **restos a pagar** deve estar estabilizado em fração não significativa da receita corrente líquida

- **Abrangência:** todos os Poderes e Órgãos
- **Duração:** até 36 meses prorrogáveis por até mais 36 meses
- **Objetivo:** direcionar um Estado em crise fiscal a uma situação de equilíbrio entre receitas e despesas

Impacto das Medidas do PRF – 6 Anos

1. Aumento de Receitas (R\$ 50 bilhões)
2. Redução de Despesas (R\$ 16 bilhões)
3. Novos Cálculos dos Serviços das Dívidas (R\$ 19,7 bilhões)
 - Administradas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN)
 - Garantidas pela União
 - Serviço das Operações contratadas durante o PRF
4. Operações de Crédito Autorizadas pela LC Federal nº 159/2017: CEDAE, Modernização Administrativa, Demais (R\$ 8 bilhões)

Somatório das Medidas – R\$ 94 bilhões

Medidas Propostas com impacto na Receita (R\$ milhões)

Descrição	Impacto Líquido até 2020	Impacto Líquido entre 2021 e 2023	Impacto Líquido Total 6 anos
Alterações Alíquotas de ICMS	2.288	2.386	4.674
Modernização da Administração Fazendária	2.598	3.259	5.857
Revisão do Repetro	1.350	1.650	3.000
Revisão de Incentivos Fiscais	3.685	4.173	7.858
Revisão Lei ITD	322	400	722
Início Operação do Campo de Libra	444	2.261	2.705
Participações Especiais do Gás Natural	1.076	2.052	3.128
Novo Preço Mínimo do Petróleo (PMP)	3.366	5.582	8.948
Alienação de Imóveis Rioprevidência	300	60	360
Alienação das ações da CEDAE - Recursos remanescentes	2.000	0	2.000
Securitização Dívida Ativa	1.075	0	1.075
Ajuste Securitização	(470)	(450)	(920)
Antecipação Concessão CEG e CEG-Rio	800	0	800
Concessão linhas de ônibus intermunicipais	777	586	1.363
Aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14%	1.978	1.597	3.575
Nova Operação com receita de R&PE	3.000	0	3.000
Venda da Folha	1.442	1.776	3.218
Operação de crédito antecipação alienação das ações CEDAE	3.500	0	3.500
Operação de Crédito permitidas RRF	500	0	500
Operação de Crédito RP	3.059	0	3.059
Operação de Crédito liquidação de Saldo Precatório	1.000	0	1.000
Perda de receita anual da atividade empresarial	(137)	(198)	(335)
Efeito Negativo da contenção de despesa com pessoal no IRRF	(294)	(443)	(737)
TOTAL	33.659	24.691	58.350

R\$ 8 bilhões de operações de crédito que só podem ser celebradas devido ao afastamento de dispositivos legais por conta da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (1ª tabela em laranja)

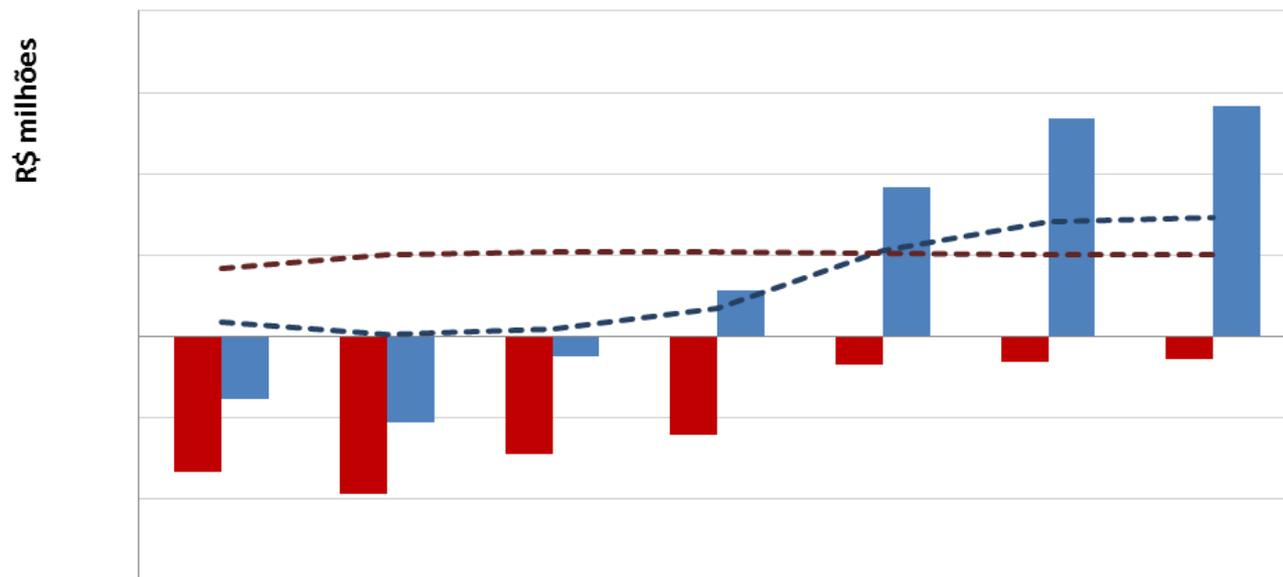
Medidas Propostas com impacto na Despesa (R\$ milhões)

Descrição	Impacto Líquido até 2020	Impacto Líquido entre 2021 e 2023	Impacto Líquido Total 6 anos
Reforma das Pensões	0	1	1
Auditoria Folha Rioprevidência	2.939	2.896	5.835
Redução Quadro de Pessoal - Empresas Estatais	664	928	1.592
Redução do gasto anual de outras despesas correntes	276	341	617
Gasto demissional de empregados	(194)	0	(194)
Contenção da Despesa de Pessoal	933	8.606	9.539
Contenção da Despesa de Inativos e Pensionistas	820	8.186	9.006
Juros	16.272	(4.373)	11.899
Amortização	13.127	(5.322)	7.805
Pagamento do 13º salário 2016	(2.006)	0	(2.006)
Operação RioPrevidência (royalties)	(1.121)	(1.587)	(2.708)
Efeito do crescimento do ICMS nas transferências a municípios	(2.330)	(3.024)	(5.354)
TOTAL	29.380	6.651	36.031

R\$ 19 bilhões relativos a contribuição da União com postergação do pagamento de juros e amortização (2ª tabela em verde)
São 29,4 bi até 2020 e -9,7 bi entre 2021 e 2023.

Evolução do Resultado Primário Fiscal

Cenário Base e com PRF



	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
■ Cenário Base	-8.358	-9.710	-7.195	-6.020	-1.732	-1.530	-1.352
■ Cenário PRF	-3.832	-5.278	-1.254	2.808	9.164	13.370	14.143
- - - Juros/Encargos Dívida-PRF	910	121	504	1.736	5.270	7.027	7.276
- - - Juros/Encargos Dívida-Base	4.158	5.014	5.186	5.187	5.135	5.069	4.996